

**MARCAS DE ORALIDADE EM TEXTOS MANUSCRITOS:
DO MANUSCRITO ECLESIAÍSTICO
À ESCRITA ESCOLAR ATUAL**

Maiune de Oliveira Silva (UFG)

maiune20@gmail.com

Maria Helena de Paula (UFG)

mhp.ufgatalao@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre a influência da linguagem oral em textos escritos, tendo como suporte um códice eclesiástico lavrado na primeira metade do século XIX. Em um exame acurado, percebe-se a reprise de alguns processos que podem ser facilmente encontrados na escrita escolar dos alunos que estão em fase de aquisição da escrita, bem como dos que supostamente já possuem domínio desse sistema. Para o trabalho ora proposto, pautaremos em apenas dois processos denominados alçamento e abaixamento de vogais, os quais são denominados processos morfofonológicos pelo fato de a morfologia sofrer influência direta da fonologia, favorecendo, assim, a configuração desses procedimentos. Hipotetizamos que esses “erros” recorrentes na ortografia se deve ao fato de eles desconhecerem que a escrita não é o espelho da fala pois, se assim fosse, seria necessário “consertar” as diversas pronúncias com o fito de haver uma padronização no que diz respeito aos dialetos. Cumpre ressaltar que por ser um *corpus* de natureza filológica, a leitura do códice foi feita obedecendo aos pressupostos determinados nas normas para transcrição de documentos manuscritos, postuladas em Megale e Toledo Neto (2005). Ademais, nos apoiamos nos pressupostos teórico-metodológicos constantes em autores como Camara Junior (1970), Coutinho (1971), Williams (1973) e Silva (2011) com o ensejo de entendermos melhor a influência que a oralidade exerce sobre a escrita escolar, uma vez que estes processos em análise foram escritos por um pároco, certamente com destreza no que diz respeito à escrita da época, mas, por descuido ou influência da oralidade, apresentamos alguns desvios ortográficos.

Palavras-chave: Escrita oitocentista. Escrita hodierna. Oralidade. Ortografia.

1. Primeiras palavras

As diretrizes que norteiam este trabalho operam com a ideia de que as modalidades oral e escrita da língua, embora tenham suas divergências normativas, em um determinado momento elas se imbricam. Deste modo, convém dizer que os primeiros esforços em estudar a língua oral e a língua escrita partiram do pressuposto de que elas eram opostas ou excludentes, isto é, cada qual possuía as suas particularidades e por isso não poderiam harmonizar.

Essa ideia foi se perdendo com os estudos aprofundados sobre a variação linguística, nos quais deteremos em alguns pressupostos teóricos para nortear essa investigação. Contudo, sabe-se que os traços de oralidade em textos escritos não são recentes, uma vez que eles são encontrados em textos manuscritos que remontam a Antiguidade.

Nesse sentido, a língua registrada nos códices revela sobejamente sobre a linguagem de outrora, demonstrando que traços de oralidade em textos que não permitem esse tratamento não é um problema recente. Por serem os assentos de batismo documentos oficiais da igreja, os quais foram redigidos por escribas que certamente tinham conhecimento mínimo sobre a composição dos vocábulos da língua portuguesa, eles não deveriam conter traços de língua falada, uma vez que o gênero textual não permite esse tipo de escrita.

É válido ressaltar que nos idos oitocentistas – época em que os documentos eclesiásticos foram redigidos – não havia acordo ortográfico para padronizar a escrita. A primeira tentativa de uniformizar a escrita entrou em vigor em 1911, com a *Ortografia Nacional* de Gonçalves Viana; desde então alguns tratados foram criados para exterminar a escrita aleatória (WILLIAMS, 1973).

Contudo, ao redigir textos manuscritos, em que o principal objetivo era registrar os acontecimentos da época para que eles não se perdessem, os escribas nem sempre levavam em consideração a padronização da escrita, posto que a pressa na redação não permitia que pensassem na maneira de registrar os grafemas dentro de um contexto.

A oscilação dos sons também era considerada um problema no momento de manuscruver os assentos, uma vez que um fonema pode ser representado por diversos grafemas, como o fonema [ʃ] que pode representar os grafemas <x>, <ch> como em *xixi*, *taxi*, *chave*, *chuva* daí justi-

fica-se a variação grafemática causar tanta confusão no momento de redigi-los.

A relação grafema (letra) e fonema (som) também é um problema para os alunos que não conseguem distinguir a relação entre cadeia sonora e sequência gráfica. Neste caso, a consciência fonológica precisa ser despertada no aluno para que ele consiga entender que “a dimensão sonora das palavras [...] são formadas por sílabas e fonemas” (BORTONIRICARDO; SOUZA, 2008, p. 69).

Fatores como o grau de escolaridade e o hábito de leitura também colaboram para a proliferação ou o extermínio das marcas de oralidade em textos. Uma pessoa que não cultiva o hábito de leitura certamente apresentará *déficit* na escrita; diferentemente, um bom leitor dificilmente irá transpor marcas de oralidade para um texto cuja modalidade exija um maior grau de formalidade.

O presente estudo objetiva versar sobre as marcas de oralidade em textos manuscritos, buscando entender o motivo pelo qual esses processos ainda persistem em textos de alunos¹⁸ que supostamente já possuem o domínio da escrita. Desta maneira, buscaremos autores que enveredam pela perspectiva variacionista, bem como os que abordam os processos morfofonológicos. Para este trabalho, delimitaremos dois processos, alçamento e abaixamento de vogais, embora outros se manifestem no *corpus*.

2. Mapeamento breve sobre o corpus

O *corpus* em estudo faz parte do acervo digital do Laboratório de Estudos do Léxico Filologia e Sociolinguística (LALEFIL) do departamento de Letras da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, coordenado pela professora Doutora Maria Helena de Paula.

O material do qual tomamos por base para realizar esta análise é um livro manuscrito exarado na primeira metade do século XIX pelo pároco Manoel Camelo Pinto. Contudo, alguns indícios permitem-nos pensar que ele não era o autor material desse códice, mas o autor ideológico. Essa conjectura é baseada na oscilação do *ductus*, visível nos assentos de

¹⁸ Valemo-nos, no estudo, de nossa experiência como aluna do ensino superior e em aprendizagem ainda da ortografia oficial e, por outro lado, como professora do ensino superior, na lida com alunos em processo de consolidação da consciência ortográfica.

batismo; todavia, a assinatura que permanece em todas as atas batismais durante o período de dois anos e três meses, é a do pároco supracitado.

Vale salientar que pouco se sabe sob o grau de escolaridade desses escribas. É possível pensar que por serem membros oficiais da Igreja tivessem um bom conhecimento sobre a língua portuguesa e sobre a língua latina eclesiástica. Sabe-se que, naquela época, a escolaridade era o fator que menos influenciava na titulação do corpo clerical, o que de fato importava para esse escalonamento era a condição socioeconômica do candidato que iria exercer essas funções.

Outras dezenas de processos se manifestaram no *corpus*, atestando a retenção dessas variantes no português oitocentista. Devido à natureza do material, encontramos uma sintaxe um pouco divergente da utilizada hodiernamente e uma ortografia oscilante, certamente grafada com base na pronúncia do responsável por copiar os assentos.

Conjectura-se, porém, que nessa escrita é possível encontrar traços do falar goiano em meados do século XIX e que possivelmente ele ainda esteja em vigor – em forma de arcaísmo – nos velhos falares da cidade e da região porque uma forma arcaica não desaparece abruptamente.

Poderíamos, ainda, trabalhar os aspectos lexicais dos assentos, mas devido à natureza proposta para este artigo, nos restringiremos apenas aos processos morfofonológicos denominados alçamento e abaixamento de vogais, conforme será abordado no tópico ulterior.

3. Aspectos metodológicos e explicações teóricas

Convém esclarecer que o material de estudo é um recorte da pesquisa de Iniciação Científica na modalidade Ação Afirmativa (PIBIC-Af) sobre variações morfofonológicas em um livro de Batizados, escrito entre dezembro de 1839 e março de 1842, desenvolvida entre agosto de 2013 a julho de 2014 sob a orientação da professora Doutora Maria Helena de Paula e sob os auspícios do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Por ser um livro manuscrito suscetível de estragos por manuseio excessivo ou por estar em ambiente com climatização inadequada, a nossa principal intenção é tentar preservar, mesmo que indiretamente, o seu conteúdo, por isso, as edições *fac-símiles* desse códice foram feitas por

câmera digital sem *flash*, uso de máscaras e luvas para evitar a deterioração desses testemunhos linguísticos oitocentistas, reveladores de história do povo catalano.

Após o primeiro contato com o material digitalizado procedeu-se à leitura e à edição do códice, consoante as normas promulgadas em Megale e Toledo Neto (2005). A edição escolhida foi a semidiplomática em disposição justalinear que consiste na transcrição dos assentos respeitando o limite da lauda e da linha escrita pelo escriba. Nesse tipo de edição, há algumas intervenções do editor como o desenvolvimento das abreviaturas e algumas correções aludindo ao erro do escrevente, mas sempre que isso for efetuado faz-se necessário mencionar em nota de rodapé.

Posterior a isso, selecionamos no livro manuscrito alguns vocábulos que apresentaram alçamento e abaixamento de vogal. Para a seleção deles não levamos em consideração a posição do alteamento, isto é, pretônica ou postônica, embora saibamos que a vogal em posição pretônica tenha mais tendência em assimilar esse fenômeno.

Para tanto, faz-se necessário definir o que são esses processos que serão analisados aqui. Segundo Silva (2011) o alçamento ocorre quando as vogais média-altas se exprimem foneticamente como vogais altas, vide o exemplo: [e] e [o] se realizam em [i] e [u].

O abaixamento, por sua vez, se manifesta quando ocorre o processo inverso, isto é, quando a vogal alta exprime-se com os traços fônicos das vogais médias-baixas fechadas ou médias-baixas abertas, por exemplo, o [i] e o [u] podem realizar-se em [e]/[ɛ], [o]/[ɔ], respectivamente. Assim, alçamento e abaixamento de vogais podem ser entendidos como uma via de mão dupla porque a posição da altura das vogais pode alternar-se, a depender da fonética do falante.

A oscilação fonêmica provoca dúvidas no momento de compor as lexias, haja vista que um fone pode ser representado por diversos grafemas. No códice, a representação gráfica de algumas lexias sofreu alteração em suas formas configurando os processos denominados alçamento e abaixamento de vogais que se reprisaram 1.671 vezes. O alçamento não ocorreu apenas de [e] para [i] ou de [o] para [u]. De igual maneira, o processo inverso para abaixamento de vogais também teve alterações, além de outros casos também identificados.

Assim lexias como *ligitimo* (legítimo), *solnemente* (solenemente), *dous* (dois), *mai* (mãe), *Barbura* (Bárbara), *bitizei* (batizei), *boptizei*

(batizei), freguizia (freguesia), pari (pare), Furtunato (Fortunato) etc. afirmam o primeiro processo. Outrossim, unidades léxicas como Bespado (bispado), nasceo (nasceu), deos (deus), dezacete (dezesete), ofecio (ofício), legetima (legítima), corrigo (córrego), Matheos (Matheus), demel (de mil), rodregues (Rodrigues), cenco (cinco), Moniz (Muniz), vevem (vivem) etc. representam o segundo.

Para Bortoni, Gomes e Malvar (1992, p. 12), esses dois processos (alçamento e abaixamento de vogais) em textos manuscritos podem ser explicados “através da regra de harmonização vocálica, em que a vogal média pretônica é assimilada à alta da sílaba tônica.”

Oliveira (2006) assevera que Câmara Jr (1996) e Faraco (2000) concordam com essa afirmação, mas o primeiro acrescenta a presença de hiato com a vogal *a* tônica e o segundo pontua as lexias com <-es> que em sua maioria são pronunciados /is/, como em flores/floris e paredes/paredis.

Nesse sentido, acredita-se que a explicação para as marcas de oralidade em textos de alunos também pode ser justificada pela regra da harmonização vocálica, haja vista que os alunos ao transcreverem os dados da fala, como os ditados, por exemplo, adapta a palavra tal qual ela é pronunciada em sua comunidade de fala, transpondo as marcas de oralidade para seus textos.

Hora e Aquino (2012) observando a leitura de alunos do 3º ao 5º ano constatam que nas séries iniciais, a presença desses fenômenos morfofonológicos é menos frequente pelo fato de eles fazerem a leitura silábada decodificando a palavra por meio da relação letra/som. Assim, os alunos pronunciam todos os fonemas dos quais a palavra é composta, inibindo o apagamento ou o acréscimo de algum elemento.

Uma boa ferramenta didática para diminuir esses erros ortográficos seria o dicionário, uma vez que um bom dicionário deve trazer a maneira correta de grafar os vocábulos, o seu significado, a classificação gramatical do lema, a transcrição fonética, a separação silábica do mesmo e, ainda, subentradas com abonações e/ou exemplos daquele lexema (COELHO, 2008).

Sob esta ótica, a leitura também é responsável por solucionar estes problemas. Um leitor com destreza na execução desse ofício consegue modificar, sem grandes empecilhos, a sua representação sonora. Assim, a

hipótese de que a relação entre fala e escrita é unidirecional não é confirmada, pois ambas exercem forte influência sobre si.

As crianças em fase de aquisição da escrita, ao terem contato com ferramentas que facilitam a leitura, desenvolveriam de forma mais bem eficiente essa habilidade. Sobre essa asserção, concordamos com Chevrot et al., citados por Silva e Greco (2010, p. 89), ao estudar a influência da escrita na fala das crianças francesas, segundo elas:

[...] os autores observam que na fala de crianças francesas no início da idade escolar há baixa ocorrência do fenômeno. A hipótese formulada pelos autores era a de que, ao terem contato com a escrita de palavras como *fenêtre* “janela”, as crianças adaptariam a pronúncia aprendida em sua comunidade de fala (que teria o cancelamento do R-final) para uma pronúncia mais representativa da ortografia, ou seja, em que se conserva o R-final. Os autores sugerem que nestes casos haveria a retroalimentação da escrita sobre a fala.

A retroalimentação na escrita, segundo estes autores, ocorre quando a criança altera a representação acústica através do código escrito, uma vez que as representações sonoras se modificam durante a vida. Elementos diversos, como o grau de escolaridade e a ascensão social, podem influenciar, positivamente, nessas alterações.

Vários autores têm se mostrado preocupados com a questão das marcas de oralidade em textos de alunos. Segundo Bortoni-Ricardo e Souza (2008) esses “problemas” podem ser explicados pelos hábitos de fala de quem escreve, todavia elas deixam claro que nem sempre esse fator interfere decisivamente na escrita, uma vez que, ao redigir, o aluno pode recuperar o segmento ausente em sua fala e vice-versa.

Câmara Junior (1970, p. 9), ao discorrer sobre as relações entre fala e escrita no ensino de português, demonstra que

Uma diversidade, muito sutil e falaz, é a que existe entre a fala e a escrita. É a escrita que as gramáticas normativas escolares focalizam explícita ou implicitamente. O estudante já vem para a escola falando satisfatoriamente, embora seja em regra deficiente no registro formal do uso culto; o que ele domina plenamente é a linguagem familiar, na maioria dos casos. Como quer que seja, a técnica da língua escrita ele tem que aprender na escola. Os professores partem da ilusão de que, ensinando-a, estão ao mesmo tempo ensinando uma fala satisfatória. Daí a definição de gramática normativa que lembramos aqui de início: “a arte de escrever e falar corretamente”. Há com isso uma tremenda ilusão. A língua escrita pode se manifestar em condições muito diversas da língua oral.

Nesse sentido, as marcas de oralidade impressas em textos escritos podem ser provenientes da língua materna, isso vale tanto para a prá-

tica grafológica da época, em que não existia uma convenção ortográfica estabelecida, tanto para textos de alunos que frequentam o ensino regular (educação básica ou superior) e se deparam com uma norma ortográfica que não se confunde com a fala.

Assim, ao representar graficamente palavras em que o fonema [e] se realiza em [i] e que o [o] se realiza em [u] como em engenho/ingenuo e canto/cantu o aluno demonstra que suas consciências fonológica e grafológica precisam ser despertadas, posto que esses “erros” não são apenas lapsos seus. Isso pode ser explicado porque ele carrega consigo traços orais da sua comunidade de fala primitiva – família e amigos.

Cabe à educação formal tentar apagar os traços de oralidade nos textos dos alunos, através das convenções ortográficas impostas pela gramática normativa. Contudo, sabe-se que essa norma não anula a existência das outras variedades que com ela coexistem, posto que os falantes as utilizam em situações informais sem, na maioria das vezes, se aterem às exigências da norma padrão.

É imperioso ressaltar que nem sempre há uma regra que explique o motivo pelo qual uma lexia é grafada de determinada maneira e não de outra. Neste caso, nota-se que a correspondência fonográfica tem suas irregularidades. Ao identificar esses problemas, o professor não deve somente corrigir o erro, é preciso que ele explique ao aluno o motivo do erro para que isso não ocorra novamente.

Segundo Morais (2007, p. 22), os erros escolares podem revelar diferentes níveis de conhecimento do discente, pois é possível que ele

- a) Não tenha consciência de que ele errou, isto é, em nenhum momento desconfie de que a forma que grafou é errada;
- b) já tenha uma dúvida, já que se coloque uma dúvida ortográfica (o que fica evidente quando nos pergunta qual a forma correta ou quando escreve a mesma palavra de forma diferente em momentos distintos);
- c) já tenha avançado em seus conhecimentos, de modo a autocorrigir-se detectando erros que cometeu.

É preciso que o professor auxilie o aluno na descoberta do código escrito, pois ao realizar algumas alterações gráficas ele pode alterar também o sentido da unidade lexical sem ter consciência disso.

A teoria que explica o motivo pelo qual algumas lexias têm seu sentido adulterado a partir da modificação de alguns fonemas é conhecida como difusão lexical. Segundo Oliveira (1991, p. 94), “é a palavra e

não o som, é que é a unidade básica de mudança no modelo difusionista”. Sabe-se que nem todas as unidades lexicais são atingidas por essa regra como se pensava anteriormente com os neogramáticos.

Os itens lexicais passíveis de serem atingidos por ela formam pares opositivos correspondendo a duas entradas com sentidos distintos, por exemplo: *mel-* de acordo com o contexto dos registros de batizados essa unidade léxica corresponderia ao ano em que os assentos de batismos foram redigidos; todavia, de acordo com os dicionários contemporâneos e os coetâneos ao documento em tela, ela corresponde ao suco produzido pelas abelhas. Igualmente, a unidade léxica *mil*, consoante os documentos, foi empregada com o mesmo sentido anterior compreendendo os anos de mil oitocentos e trinta e nove a quarenta e dois.

Outro exemplo digno de nota é *fogão* e *fugão*. Quando realizadas na fala essas duas lexias não se confundem, a primeira diz respeito a um fogo com grandes labaredas e o segundo representa o dispositivo utilizado para cozer alimentos. Os exemplos capturados são possíveis de serem reproduzidos por alunos que estão iniciando a vida escolar, bem como dos que já, supostamente, possuem domínio do código escrito. A transposição dos elementos da fala para a escrita não demonstra falta de cultura ou lapso do aluno, conforme defende Oliveira (2006), ao versar sobre os escribas em regime de escravidão.

Ademais, não defendemos esse posicionamento pelo fato de sabermos que todos os seres humanos são dotados dessa faculdade. Todavia, o aluno precisa atentar-se para as regras que compõem a língua portuguesa como, por exemplo, a que diz ser apenas “em posição final que as palavras átonas terminadas “com o som de U” se escrevem sempre com O; em outra posição – início ou meio – não há uma regra” (MORAIS, 2007, p. 32). Segundo esse autor, a ausência de normatização para certas regras obriga o aluno a ter que memorizar palavras que não caracterizariam essa norma.

Em outro texto, Morais (2005, p. 91) defende que “no uso de (u/o e/i) o aprendiz deve considerar a tonicidade e a posição do segmento sonoro dentro da palavra.”

O professor deve ser o agente condutor do processo ensino-aprendizagem. Ao invés de proporcionar aos alunos maneiras para decorar a regra, ele deve ensinar-lhes quando utilizá-las. A correspondência fonográfica para o aluno que não domina as regras ortográficas sempre será um problema, uma vez que ele nem sempre tem consciência de que

está realizando desvios ortográficos ao transgredir elementos da oralidade para textos que não deveriam ter essas marcas.

Cabe dizer que a escrita é uma convenção criada com o objetivo de facilitar a fixação da linguagem oral. Imaginem-se no Brasil, com os diversos dialetos existentes, cada qual escrevesse tal qual pronuncia, certamente a escrita se tornaria caótica e a compreensão seria mais difícil, isto para não dizer impossível.

Além disso, a criação ortográfica foi necessária para que o casamento entre o ideal fonográfico (escrita que reflete a forma ideal de comunicar) e o princípio ideográfico (que mantém a etimologia e a notação das palavras em sua língua original) desse certo (MORAIS, 2005).

4. Finalizando...

Buscamos, neste estudo, levantar alguns apontamentos acerca da escrita no tempo em que não haviam homologado normas para sua realização, bem como no período em que elas já estavam vigentes. O que observamos, pois, foi que ainda hoje, mesmo com todas as normas apontando soluções para os “problemas ortográficos”, a oralidade ainda interfere no aprendizado da escrita.

Por isso, acredita-se que as incongruências ortográficas dos escritos em textos remanescentes são devidas aos descuidos ou às incertezas do escrevente ao registrar a palavra. Além disso, a poligrafia (entenda-se como várias grafias) ou variação ortográfica pode oferecer indícios de marcas de oralidade quando há o cotejo com documentos do mesmo código ou de códigos distintos.

As mesmas observações podem ser feitas em textos de alunos, uma vez que o aprendizado da ortografia é um exercício árduo e, às vezes, demanda toda uma vida escolar. A vantagem é que hodiernamente, várias ferramentas como dicionários e jogos eletrônicos e *on-line* estão disponíveis para facilitar o aprendizado dessa técnica. Entrementes, a figura do professor como auxiliar no ensino-aprendizado não foi substituída, uma vez que essas ferramentas servem de apoio à aprendizagem, mas não substituem a prática docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONI-RICARDO, Stela Maris; GOMES, Christina A.; MALVAR, Elizabete. A variação das pretônicas no português de Brasília: um fenómeno neogramático ou de difusão lexical? *Revista Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, ano 1, v. 1, p. 9-29, jul.-dez. 1992.

_____.; SOUZA, Maria Alice Fernandes de. *Falar, ler e escrever em sala de aula: do período pós-alfabetização ao 5ª ano*. São Paulo: Parábola, 2008.

CÂMARA-JUNIOR, Joaquim Matoso. *Estrutura e funcionamento da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

SILVA, Thaís Cristofaro; GRECO, Amanda. Representações fonológicas: contribuições da oralidade e da escrita. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 45, n. 01, p. 87-93, jan.-mar. 2010.

_____. *Dicionário de Fonética e Fonologia*. São Paulo: Contexto, 2011.

COELHO, Braz José. Dicionários – estrutura e tipologia. In: _____. *Linguagem: Lexicologia e ensino de português*. Catalão: Kaio Gráfica, 2008. p. 13-44.

MEGALE, Heitor; TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. *Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII*. Cotia: Ateliê, 2005.

HORA, Demerval da; AQUINO, Maria de Fátima S. Da fala para a leitura: análise variacionista. *ALFA*, São Paulo, ano 56, vol. 3, p. 1099-1115, 2012.

MORAIS, Artur Gomes de. *Ortografia: ensinar e aprender*. São Paulo: Ática, 2007.

_____. “Por que gozado não se escreve com u no final?” – os conhecimentos explícitos verbais da criança sobre ortografia. In: _____. (Org.). *O aprendizado da ortografia*. 3. ed. 2ª reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 77-98.

OLIVEIRA, Klebson. *Negros e escritas no Brasil do século XIX: Sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*. 2006. Tese (Doutorado em Letras e Linguística). – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

OLIVEIRA, Marco Antonio. A controvérsia neogramática reconsiderada. *International Journal of the Sociology of Language*, Berlin, vol. 89, p. 93-105, 1991.

PARÓQUIA Nossa Senhora Mãe de Deus, com rubrica do Presidente da Câmara Paroquial Mariano José Pereira. *Livro de Assentos de Registros de Baptizados da Paróquia Nossa Senhora Mãe de Deus (1839-1842)*. 90 fólios. Villa do Catalão, 26 de Dezembro de 1839 (Visto em Visita Pastoral de 17 de novembro de 1862).

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Trad.: Antônio Houaiss. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.